AFONSO BOTELHO E O JORNAL *57*

Álvaro Costa de Matos

São escassas as informações e as fontes sobre o envolvimento de Afonso Botelho (1919-1998) na génese e desenvolvimento do *57*[1], jornal dirigido por António Quadros. O que nos é dito, na escassa bibliografia passiva sobre o assunto, é que Afonso Botelho colaborou no *57* durante a curta existência deste periódico, entre 1957 e 1962. Mas uma consulta atenta do jornal dá-nos algumas informações preciosas:

i) ficamos a saber que Afonso Botelho teve um papel importante na vida do *57*, pois foi redactor e editor do jornal – na redacção teve a companhia da nata da colaboração literária do *57*, desde logo do director, António Quadros, mas também de Avelino Abrantes, José Antunes Ferreira, Fernando Morgado, que acumulava a função de redactor com a de "orientador artístico" do *57*, Ernesto Palma, Rui Carvalho dos Santos, que também era administrador, Francisco Sottomayor, António Telmo, Orlando Vitorino e Luís Zuzarte;

ii) ficamos também a saber, pela contabilidade e análise da sua produção literária, que Afonso Botelho foi um dos mais assíduos e profícuos colaboradores do *57*, atrás de António Quadros, de longe o principal articulista (a sua colaboração ultrapassa os 40 textos), de Francisco Sottomayor (16 textos), Orlando Vitorino (12), Ernesto Palma (11), Fernando Morgado (10), Azinhal Abelho (9) e Avelino Abrantes (8) – a produção de Afonso Botelho pautou-se pelos 7 artigos, a mesma de António Braz Teixeira, logo à frente do contributo de Afonso Cautela, António Telmo, Alfredo Margarido, Ana Hatherly e José Antunes Ferreira (6 textos), e de Jorge Preto, com 5 artigos (estes foram, sem dúvida, os principais colaboradores do jornal, mas o *57* contou ainda com a colaboração importante

57
actualidade
filosofia
arte e ciência
literatura

LEIA

MANIFESTO

[1] Sobre a história deste jornal e a sua relação com os movimentos doutrinários e filosóficos portugueses, incluindo as reacções na imprensa ao *57* e as polémicas que suscitou na época ver, do autor deste artigo, "O jornal 57 e o movimento da cultura portuguesa: história & memória", in *Jornalismo e Jornalistas*. Lisboa, N.º 41 (Jan/Mar 2010), pp. 48-57.

de Álvaro Ribeiro, José Marinho, Luís Zuzarte, Natércia Freire, Baltazar Covões, Carmo Vaz, Jonas Negalha, Fernando Sylvan, Agostinho da Silva, Sant'Ana Dionísio, Augustina Bessa Luís, José Valle de Figueiredo, entre muitos outros; na colaboração plástica, sob a forma de ilustrações e desenhos, é de destacar a de Jorge Costa, Santiago Areal, Vieira da Silva e António Botelho, embora, no conjunto do jornal, a ilustração e a fotografia sejam pouco significativas e escassas, dada a clara opção pelo texto em detrimento da imagem);

III) finalmente, o que atesta igualmente o seu comprometimento com o *57*, Afonso Botelho participou em algumas das mais importantes iniciativas editoriais do jornal, como, por exemplo, os "Inquéritos aos Pensadores Portugueses", onde deu o seu testemunho (número 5, Setembro 1958), tal como Álvaro Ribeiro (3-4, Dezembro 1957) e Sant'Ana Dionísio (6, Março 1959); a "Pequena Antologia do Moderno Pensamento Estético Português", com textos de Afonso Botelho, a par de Aarão de Lacerda, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Álvaro Ribeiro, Domingos Monteiro e António Quadros (5, Idem); a campanha a favor da valorização e dignificação do escritor português, ao longo dos seis primeiros números do jornal, com estudos sobre a situação social do escritor, os editores, as influências estrangeiras, a liberdade de expressão, a par de outros assuntos; por último, os dois inquéritos realizados a estudantes acerca da crise da universidade (3-4, Idem, e 7, Novembro 1959).

O JORNAL 57

O jornal *57*[2] surge num ano, 1957, que, no que à imprensa periódica diz respeito, foi um ano historicamente importante. Hoje é até reconhecido pelos especialistas como um ano de viragem, em grande medida protagonizada pelo *Diário Ilustrado*, que aparece em finais de 1956[3]. Se isto é verdade para a chamada imprensa de referência, para os principais jornais diários portugueses, também o é para a imprensa cultural. Esta conhece nesta altura uma evolução não menos importante, quer pela consolidação de muitas revistas e jornais, que vinham de trás, quer pela dinâmica provocada pelo aparecimento de novas publicações periódicas, ao ponto de se detectar uma efervescência cultural de certo modo atípica, num país sujeito a um regime autoritário, autocrático, que fazia da censura à liberdade de expressão uma das suas traves-mestras[4]. Esta efervescência cultural é detectável, por exemplo, na recensão que um dos principais jornais, o *Diário Popular*, faz ao jornal 57 aquando do seu aparecimento, escrevendo que "O nosso meio está agora fervilhante de novas publicações culturais ou simplesmente literárias. Entre o zero e a copiosa multiplicidade nos balouçamos, à procura de rumos novos, ou seja, de algo que nos desentorpeça, que nos tire de uma situação em que, por um lado, o sonho se escoa e, por outro, a realidade cristaliza, sem correspondência fecunda"[5].

A estreia do *57*, que por determinação epocal assim se designou, acontece em Maio, com o subtítulo de *actualidade, filosofia, arte e ciência, literatura*, o que apregoava um ecletismo cultural que se manteria até ao fim da publicação. Mas logo no terceiro-quarto número, de Dezembro, aquele subtítulo é substituído pelo de *movimento de cultura portuguesa*, talvez para esclarecer de vez

[2] A colecção completa do jornal está disponível em linha na Hemeroteca Digital, a biblioteca digital da Hemeroteca Municipal de Lisboa, em: *http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/*

[3] Sobre esta viragem ver CORREIA, Fernando, e BAPTISTA, Carla – *Jornalistas: Do Ofício à Profissão. Mudanças no Jornalismo Português (1956-1968)*. Lisboa: Caminho, 2007, nomeadamente os capítulos 1 "Factores de Bloqueio e Sinais de Mudança", e 2 "Dinamismo dos Jornais da Tarde", pp. 43-102 e 103-221, respectivamente.

[4] Para uma análise da censura neste período ver TENGARRINHA, José – *Imprensa e Opinião Pública em Portugal*. Coimbra: Minerva, 2007, com especial atenção para os capítulos 3 "A Censura às Folhas Informativas (Visão Global)" e 12 "Imprensa e opinião pública no Estado Novo", pp. 35-70 e 177-205, respectivamente. Cf. MATOS, Álvaro Costa de – "Revistas Políticas no Estado Novo: uma primeira aproximação histórica ao problema", in *Media & Jornalismo*. Lisboa, N.º 9 (2006), pp. 41-56. Para o período anterior é incontornável a obra de GOMES, Joaquim Cardoso – *Os Militares e a Censura. A Censura à Imprensa na Ditadura Militar e no Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

[5] *Diário Popular*, 9 de Maio de 1957.

ou reforçar ao que vinha o *57*, qual o último propósito deste jornal, que se pretendia como órgão de um movimento, o movimento 57. O jornal mantém-se, com alguma irregularidade, até Junho de 1962, publicando no total 11 números: três em 1957, com um número duplo (n.º 1, Maio; 2, Agosto; 3-4, Dezembro), apenas um no ano seguinte (5, Setembro), míngua talvez relacionado com a mudança da redacção de Cascais para Lisboa, dois em 1959 (6, Março; 7, Novembro), três em 1960 (8, Junho; 9, Setembro; 10, Dezembro), e um, o último, em 1962 (11, Junho). Esta irregularidade na edição condicionou muito o *57*, não só porque não se compadece com a opção pelo jornal, que pede uma periodicidade diária e regular, como não ajuda a fixar leitores. *A posteriori*, julgamos que o *57*, pelas suas características, talvez tivesse funcionado melhor como revista, num formato mais pequeno.

A novidade do *57*, além do programa e das suas ideias, e presente também no núcleo duro dos seus colaboradores (António Quadros, Afonso Botelho, José Marinho, Álvaro Ribeiro e Orlando Vitorino), que se autodenominavam de "os novos", está desde logo na opção pelo formato do jornal, bastante ousada, reconheça-se, para uma publicação que pretendia falar de filosofia, arte, ciência e literatura, num mercado pequeno, pouco predisposto para consumir este tipo de produtos, sujeitos à concorrência da imprensa diária, mais barata e, nalguns casos, com excelentes suplementos literários. O elevado analfabetismo também não ajudava, assim como a censura prévia à imprensa, ainda que esta visasse não tanto o controlo da crítica política ao regime ou da doutrinação e propagação de ideários políticos diferentes, mas sobretudo a protecção das figuras, instituições e estratégias imediatas do Estado Novo[6]. A novidade do *57* está ainda no arranjo gráfico encontrado para o jornal, bastante moderno e atractivo.

DO PROGRAMA E DAS IDEIAS

Como redactor, editor e colaborador importante do *57*, Afonso Botelho está umbilicalmente ligado às ideias veiculadas pelo jornal. Ou melhor, não deixou de ter um papel importante na sua estruturação e disseminação no espaço público. Que ideias eram estas? O jornal *57* apresentava-se como "folha independente de cultura", "principalmente escrita por novos", o que desde logo mostrava uma intenção de independência política face ao regime, mas também a outros movimentos ou correntes políticas. Apresentava-se também como uma publicação doutrinária, que se pretendia portadora de um "autêntico movimento"[7], que teria por objectivo central uma "profunda renovação dos conceitos e das hierarquias que campeiam abusivamente a terra portuguesa". E que conceitos e hierarquias eram esses para os homens do *57*? O Escolasticismo, o Materialismo Dialéctico, o Positivismo, o Criticismo, numa palavra, as correntes estrangeiras, que definiam na altura a cultura portuguesa, mas que contribuíam para a ruína dos seus "brilhantes pilares", para a ausência de uma "autonomia cultural". Como consequência, os intelectuais demitiam-se e abdicavam da sua "liberdade de conceber, de imaginar e agir, por uma cega adesão, seja a corpos doutrinários anacrónicos, isto é, gerados fora do nosso tempo; seja a concepções utópicas, isto é, que não tomam em consideração o factor específico que é o espaço e visam a espartilhar os homens de todos os espaços segundo a rigidez sem cambiantes de uma mesma lei; seja no retrato fotográfico de uma realidade imóvel, a uma natureza conhecida apenas através dos sensos, sem que a penetre a visão superior do espírito; seja no egoísmo narcisista da auto-contemplação, da auto-piedade ou da auto-flagelação". Impunha-se, portanto, um novo programa, que libertasse a cultura

[6] Sobre os propósitos da censura política, ver, MATOS, Álvaro Costa de, *Op. Cit.*, pp. 52-53. Completar com TENGARRINHA, José, "A Censura às Folhas Informativas (visão global)", in *Op. Cit.*, pp. 35-70. Para Tengarrinha a defesa das figuras do regime (Chefe de Estado, Presidente do Conselho e membros do Governo) era, sem dúvida, um dos objectivos da censura, assim como a defesa da estrutura política do Estado e de todos aqueles assuntos que poderiam afectar a sua segurança e prestígio. No entanto, para o historiador, a censura foi essencialmente "um instrumento fundamental orientado para a tentativa de formação de um «bloco de opinião nacional»".

[7] Para uma análise mais detalhada do ideário do movimento 57, ver GAMA, Manuel – *O Movimento 57 na Cultura Portuguesa*. Col. Biblioteca Breve, 116, 1.ª Edição. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Ministério da Educação, 1991, sobretudo o capítulo 2, "O Ideário do «57»", pp. 35-85.

portuguesa do "imobilismo paralisante" de "escolas e políticas que nos são estranhas" e de "fins egoístas". Este programa, de acordo com o "Manifesto de 57", publicado no primeiro número do jornal, logo a abrir, passava pelo recurso a "estudos antropológicos e cosmológicos que garantam as teses propostas", ou seja, pela adopção de "formas antropo-cosmológicas em que o Espírito ou a Razão se particularizam, isto é, as pátrias". E logo a seguir acrescentavam: "Não é possível servir Portugal sem conhecer Portugal. Não é possível servir o homem português sem conhecer o homem português".

Por outro lado, esta tarefa, de libertação da cultura portuguesa, encontrava-se facilitada, porque o país dispunha de imensas possibilidades e meios, pois segundo os "novos" Portugal guardava "nos seus arcanos uma extraordinária potencialidade criadora, uma capacidade de viagem, descobrimento e invenção, da qual a nossa história dos acontecimentos, das ideias e dos símbolos, dá explícitos sinais e claras notícias", capacidade esta que era diminuída persistentemente pelas "mentalidades abstracionantes e internacionalistas".

A história de Portugal não era feita de uma "cadeia de eventos fortuitos dominados pelo acaso, provocado pela luta das classes ou dependentes das flutuações do comércio e da indústria". Pelo contrário, obedecia em "finalismo, a um destino e uma missão", por outras palavras, a uma "*necessidade*", como o tinham afirmado os nossos primeiros poetas épicos, Camões, Guerra Junqueiro, Teixeira de Pascoaes e Fernando Pessoa. Esta "necessidade", que resistira "às pressões dos grandes povos", exigia, para o grupo do *57*, numa crítica à influência das correntes estrangeiras, mas também ao poder político, que a nação recuperasse a sua "autonomia filosófica, artística e cultural", que valorizasse as causas espirituais, "que são de expressão concreta e, portanto, nacionais", em detrimento das materiais. Desta forma, evitava-se que a autonomia política, a independência, fosse um "capricho de governantes que ambicionam o poder temporal ou teimosia de passadistas, anacronicamente presos a hábitos mentais e a lembranças, atavismos, nostalgias". Consequentemente, era fundamental adoptar um outro caminho, que, coadunado com a nossa identidade, contribuísse para o seu florescimento. Esse caminho era, para o *57*, o existencialismo e a filosofia portuguesa. Estas seriam as correntes e/ou filosofias que acabariam por dissolver a influência das teses positivistas, do materialismo e do abstraccionismo na cultura portuguesa.

O interesse pelo existencialismo, que pode parecer uma contradição, pois combatiam tenazmente as correntes estrangeiras, advém do facto de ter dado conteúdo filosófico à ideia de filosofia de pátria. Era isto que interessava ao movimento, apenas isto, a redução do objecto do conhecimento "à situação concreta dada e específica, ao englobante, à espácio-temporalidade". Como referências, o *57* destaca Alfred North Whitehead e Karl Jaspers, dois filósofos que, nas suas palavras, "mais sistematicamente interpretaram a relação dos homens entre si e dos homens com o cosmos, como necessariamente radicada a sistemas culturais e autónomos".

O recurso à filosofia portuguesa explica-se porque, para o *57*, ela era a via por excelência; o itinerário, para, por um lado, a cultura portuguesa afastar as correntes estrangeiras, e, por outro, reencontrar-se consigo própria. E lá vinha a menção a Sampaio Bruno como o fundador da filosofia portuguesa, pois dele partiram "todas as grandes correntes de ideias que se prende a originalidade, não só da nossa filosofia, como da nossa arte e da nossa literatura". Completada com a referência aos seus "discípulos confessos", Junqueiro, Pascoaes e Pessoa, "todos ligados ao movimento da Renascença Portuguesa", Leonardo Coimbra, Álvaro Ribeiro e José Marinho, estes dois últimos classificados como "as figuras mais representativas da filosofia portuguesa moderna".

Resolvido o problema da teoria necessária à dinamização da realidade portuguesa, restava a prática, papel que caberia ao *57*. Este seria o meio pelo qual, com a cobertura do existencialismo e da filosofia portuguesa, se iniciaria um novo ciclo da cultura portuguesa: "Sedentos de restituir à vida humana a sua responsabilidade transcendente e ao mesmo tempo solidários dos que não pactuaram com a cultura incultural, separada porque precisamente incultural, de um movimento dinamizador para um futuro

iluminado pelo espírito, para a Índia Nova em que Fernando Pessoa simbolizou a epopeia portuguesa, nós defendemos e queremos o progresso de Portugal em todos os caminhos desde a prosperidade material e da dignificação social até à invenção filosófica, artística e cultural. Mas divergimos de todos e combatemos todos quantos, quaisquer que sejam os seus credos políticos ou religiosos, pretendem chegar aos mesmos fins através de meios que, não se adequando à especificidade do espírito, da alma e do corpo da pátria portuguesa, mais não poderão provocar senão a dor, o mal-estar, a angústia, a divisão, e principalmente, a estagnação, pela luta aniquilante de forças contrárias que se anulam mutuamente, conforme se tem verificado tragicamente na Europa dos últimos 50 anos". O desafio estava lançado...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de algumas contradições, como a defesa do messianismo português num movimento avesso a qualquer internacionalização, que pressupunha a submissão de todas as pátrias a uma pátria, a portuguesa, e de alguns exageros, como o maniqueísmo das ideias expostas, de que é exemplo a menorização dos autores extrínsecos ao Movimento 57, ou a defesa acérrima da manutenção das então colónias portuguesas, é inegável o grande contributo que o *57* deu para a dinamização e valorização da cultura portuguesa, sobretudo pela reflexão filosófica dos seus valores, para a defesa teórica duma filosofia portuguesa, assente num pensamento ligado ao concreto e com raízes nacionais, e para a vulgarização destas matérias na esfera pública, não ficando confinadas à academia.

Num segundo plano, não podemos ignorar o contributo que o *57* deu para o conhecimento e divulgação de pensadores importantes, através das traduções das suas obras: Hegel, Nietzsche, Freud, Stuart Mill, Bacon, Camus, Voltaire, Balzac, Walter Scott, são alguns exemplos; o papel que teve na publicação de originais de autores portugueses, como o "nosso" Afonso Botelho, Natércia Freire ou Augustina Bessa Luís; bem como na promoção da literatura e da arte portuguesas, a partir das muitas recensões e críticas publicadas nas páginas do *57*.